



CMDPD - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE LONDRINA

ATA DA I REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE LONDRINA – CMDPD – GESTÃO 2021-2022

Aos TREZE dias do mês de ABRIL do ano de dois mil e vinte e um, com início às dez horas e término às onze horas e dez minutos, realizou-se a primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Londrina – CMDPD, do ano de dois mil e vinte e um, por meio da ferramenta digital Google Meet. Estiveram presentes os seguintes representantes das organizações da sociedade civil: Adriana Fábria Zaganini Paschoal - Instituto Londrinense de Educação de Crianças Excepcionais; Aline Tassiara Marquês da Cunha - Caritas Arquidiocesana de Londrina; Camila Cardoso de Lima - Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Londrina; Ghislaine Teixeira da Silveira - Instituto Pernas Preciosas; Bruno José da Silva - Associação de Surdos de Londrina; Thayse Goulart Strazzi – Associação de Surdos de Londrina e Mário Yoshiuki Utiamada – Associação das Famílias Especiais de Londrina. A Presidente Ghislaine Teixeira da Silveira iniciou a I Reunião Ordinária do CMDPD de Londrina saudando os participantes e agradecendo a presença de todos e de todas. Nessa oportunidade, foi registrada a ausência do Instituto de Educação Superior- INESUL (pela terceira vez), do Instituto Roberto Miranda e da Angelita Bonifácio representante do Instituto Pernas Preciosas. Em ato contínuo, a Presidente submeteu à Plenária, a proposta de avaliação dos conselheiros sobre o parecer de Lei nº 19/2021 de autoria da Vereadora Lu Oliveira, encaminhada previamente pela Mesa Diretora. Essa proposta de Lei altera a Lei Municipal nº 7.780, de 28 de junho de 1999, que reconhece oficialmente, no Município de Londrina, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais (Libras), e dá outras providências. A Presidente afirmou que até o momento no CMDPD os representantes das organizações da sociedade civil estão completos, entretanto faltam os representantes do poder público ocuparem as cadeiras restantes. Informou que visitou o parquinho público adaptado, na região do Lago Igapó, em prol de averiguar como está sendo manuseado os brinquedos e como a população tem se portado diante da novidade. Em continuidade, mencionou que o local possui uma placa com letras garrafais destacando que o local é “exclusivo” para as pessoas com deficiência, contudo, percebeu que isso não tem sido o suficiente. Na sequência, informou que a sala do CMDPD será dividida com mais dois conselhos municipais (Conselho da Desigualdade Racial e o Conselho de Transparência) e, que ainda depende de outras instancias para fazer mais coisas no conselho, mas que tem tentado. A Presidente informou ainda que contou com a ajuda de Mário Yoshiuki Utiamada para a elaboração de uma conta na rede social denominada “Instagram” para que o conselho tenha mais visibilidade nas mídias sociais, e que consigam levar mais informações à população e principalmente às pessoas com deficiência. Ghislaine Teixeira

da Silveira relatou ainda que tem tido bastante contato com vários institutos em relação a vagas de empregos para PCD, entretanto faltam PCDs qualificados para as vagas. Mário Yoshiuki Utiamada médico pediatra, (representante da Associação das Famílias Especiais de Londrina), se apresentou, informou que é uma pessoa com deficiência física, relatou a importância dos conselheiros compreenderem qual é o papel do conselho e dos conselheiros, pois, o conselho faz parte de uma estrutura administrativa de controle social, sendo deliberativo, ferramenta fundamental para criação de políticas públicas para PCDs, sendo que existem ainda outras instâncias, como o conselho estadual e nacional. Mario ainda reforçou a importância da paridade entre sociedade e poder público que existe no conselho, localizou que o conselho é regido por um regimento, por leis municipais, estaduais e nacionais, e que possui também atribuição fiscalizatória, no sentido de exigir que os direitos já conquistados sejam garantidos. Mario trouxe como pauta a questão de que ter intérprete de Libras nas UPAs e nas UBSs, mesmo porque este direito já consta em lei, entretanto até o momento ainda não foi implementada, contudo, se colocou favorável ao projeto de lei da Vereadora Lu Oliveira, e se colocou à disposição para que o grupo se mantenha unido. Camila (representante da OAB) se apresentou, informou que seu filho possui um comprometimento intelectual, ressaltou a importância de o conselho trabalhar coletivamente, sobre o projeto de lei em questão, se colocou a favor, entretanto pediu para ouvir primeiramente o Bruno e a Thayse que possuem um lugar de fala. Então, contanto com a presença e apoio do tradutor de libras, Bruno (representando a Associação de Surdos de Londrina) se apresentou e destacou que era a primeira vez que participava do conselho, sobre o Projeto de Lei ressaltou a importância da Lei, não apenas para as pessoas com deficiência auditiva, mas para as pessoas sem deficiência, pois o projeto prevê que a linguagem de LIBRAS seja ensinada para todos os alunos e nesse sentido, vai colaborar muito para que quando essas crianças crescerem, elas não tenham preconceito contra as pessoas com deficiência auditiva. Bruno informou que a associação que representa possui 50 anos de atuação no município, que lutam para que as pessoas com deficiência auditiva tenham acesso à educação, pois, mesmo os surdos de Londrina correspondendo à 2% da população, muitos não sabem LIBRAS. Bruno ressaltou ainda a grande dificuldade de comunicação na pandemia, já que muitos surdos fazem leitura labial e com a pandemia e o uso de máscaras, não conseguem mais. Thayse (representando a Associação de Surdos de Londrina) se apresentou, agradeço a oportunidade de participação, informou que tem uma filha com surdez e Transtorno do Espectro Autista, relatou que também é favorável ao projeto de lei, que acha muito importante, pois em sua infância as outras crianças não compreendiam direito sua deficiência e por isso ela sofreu preconceito e uma espécie de bullying. Thayse informou que trabalhou 6 anos em Curitiba, na educação especial, afirmou que em Curitiba LIBRAS foi reconhecida como a segunda língua do município. Thayse ressaltou o quanto ela acha importante o ensino de LIBRAS também para crianças ouvintes, pois assim colabora para que não haja tanto preconceito e para que a criança surda não se sinta isolada. Adriana (representando o ILECE) se apresentou, é assistente social da instituição, informou que o ILECE atua há 60 anos e atende pessoas com deficiência física e múltiplas, que atuam na área educacional e na clínica médica, ofertando fisioterapia, terapia ocupacional e entre outros. Adriana também se colocou favorável ao projeto de Lei. Aline (representante da Caritas) se apresentou, é assistente social da instituição, se colocou favorável ao projeto de Lei e ressaltou a importância de se defender orçamento público para que assim as pessoas com deficiências sejam de fato tratadas como

prioridade dentro das políticas públicas. Ghislaine Yeixeira da Silveira (Presidente) solicitou que os conselheiros informassem sua disposição para participação das reuniões, ficou decidido que as reuniões do conselho ocorrerão sempre as terças-feiras, no período da manhã, aproximadamente das 10:30 às 11:30. Camila lembrou que as reuniões devem ser agendadas com antecedência para que se possa contar com a presença do intérprete de LIBRAS. Mario questionou Ghislaine sobre a participação do poder público, e esta informou que as secretarias já foram oficiadas, mas que devido a um problema com o e-mail do portal do servidor da prefeitura e alguns e-mails errados ela reenviou alguns ofícios. Por fim, ficou decidido como encaminhamento que cada instituição participante irá elaborar um parecer justificando seu posicionamento em relação ao projeto de Lei da vereadora Lu Oliveira. Não havendo nada mais a tratar, eu, Aline Tassiara Marquês da Cunha, encerro a presente ata, que, após aprovada, será disponibilizada por intermédio do Portal da Transparência do Município de Londrina.

Observação: A presente ata foi apreciada e aprovada, por unanimidade, por meio eletrônico, pela Plenária do CMDPD durante a I Reunião Ordinária em treze de abril do corrente ano.